

Recebimento: 08/06/2017

Aceite: 28/02/2019

CIDADE DIGITAL ESTRATÉGICA E RELAÇÕES COM ORÇAMENTO PÚBLICO: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

STRATEGIC DIGITAL CITY AND RELATIONS WITH PUBLIC BUDGET: CASE STUDY OF FOZ DO IGUAÇU MUNICIPALITY

Márcia Makievicz¹
Denis Alcides Rezende²

Resumo

Um projeto de cidade digital estratégica efetivo requer um orçamento público adequado para sua efetivação. O objetivo é analisar o orçamento público e suas relações com a cidade digital estratégica no Município de Foz do Iguaçu. Tal análise priorizou o plano plurianual, que tem influência regional envolvendo outras cidades. A metodologia da pesquisa enfatizou um estudo de caso e fundamentou-se em pesquisa quantitativa e qualitativa. Os resultados demonstraram que as ações realizadas pelo município que contribuíram para os projetos da cidade digital estratégica foram a implantação da fibra óptica e do sistema de videomonitoramento. A conclusão relata que as estratégias foram desenvolvidas de forma fragmentada, uma vez que o orçamento público não foi elaborado de forma integrada com o planejamento estratégico municipal, com o planejamento de informações municipais e nem com o planejamento de tecnologia da informação, mas considerando as questões regionais.

Palavras-chave: Orçamento Público. Cidade Digital Estratégica. Tecnologia da Informação. Transparência Pública. Desenvolvimento Regional.

Abstract

An effective strategic digital city project requires an adequate public budget for its effectiveness. The objective is to analyze the public budget and its relations with the strategic digital city in the Foz do Iguaçu Municipality. This analysis prioritized the multiannual plan, which has regional influence involving other cities. A research methodology emphasized a case study and in quantitative and qualitative methods. The results showed how actions carried out by the municipality contributed to the strategic digital city projects that have a fiber optic implantation and video monitoring system. The conclusion is that the structure was developed in a fragmented way, since the public budget was not elaborated in an integrated way with the municipal strategic planning, with the planning of municipal information and neither the planning of information technology, but considering as Regional issues.

¹ Mestre em Gestão Urbana. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: marcinha.mz@hotmail.com

² Doutor em Alinhamento da Tecnologia da Informação ao Planejamento Empresarial. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: denis.rezende@pucpr.br

Keywords: Public Budget. Strategic Digital City. Information Technology. Public Transparency. Regional Development.

Introdução

Um projeto de cidade digital estratégica efetivo requer um orçamento público adequado para sua a efetivação, onde nos municípios se manifesta a necessidade de serem implantadas medidas que possam auxiliar a sua gestão, considerando ainda, as questões regionais. Segundo Matias-Pereira (2010) o fundamental é que os gestores melhorem os serviços públicos oferecidos aos cidadãos, mas mantendo o equilíbrio entre diversas questões. Dentre elas, podem ser citadas as questões econômicas, financeiras, patrimoniais, ambientais e sociais. Além disso, deverão manter o equilíbrio fiscal, a transparência pública, estreitando relações com diversos colaboradores, bem como com a sociedade civil e demais *stakeholders*.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, institui-se a todos os entes federados a obrigatoriedade da elaboração de forma integrada do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo Procopiuck *et al.* (2007), a lei permitiu a ocorrência de práticas mais modernas na gestão dos recursos públicos, combatendo os desafios provenientes de um cenário de alta complexidade, contribuindo para manter o equilíbrio fiscal e a realização de serviços com alto padrão de qualidade e de forma sustentável.

Apesar disso, os desafios enfrentados pelos gestores públicos ainda são muito grandes. Segundo Matias-Pereira (2010) atualmente, uns dos principais desafios enfrentados pelos gestores públicos é poder melhorar os serviços públicos oferecidos aos cidadãos, mas garantindo o equilíbrio entre suas questões econômicas, financeiras, patrimoniais, ambientais e sociais. Além disso, segundo o mesmo autor, os gestores públicos deverão também manter o equilíbrio fiscal, a transparência pública, bem como estreitar relações com diversos colaboradores, com a sociedade civil e demais *stakeholders*.

Neste sentido, para que isso seja alcançado, uma mudança de atitude e de mentalidade no planejamento regional e urbano por parte dos gestores públicos se faz necessário. Desta forma, segundo Rezende (2012), os projetos da cidade digital estratégica apresentam-se como uma alternativa a serem utilizadas pelos gestores públicos, para que melhorem suas informações municipais, bem como seus serviços oferecidos aos cidadãos. A cidade digital estratégica trata-se de um estágio de desenvolvimento das cidades, utilizando-se da aplicação da tecnologia da informação e comunicação, incluindo com a própria estratégia, para realização de seus projetos.

O objetivo é analisar o orçamento público e suas relações com a cidade digital estratégica no Município de Foz do Iguaçu. E também levam em conta as questões regionais envolvendo indiretamente as cidades vizinhas.

A proposta desenvolvida neste estudo de caso busca relatar as ações executadas por meio do orçamento público que contribuíram para os projetos da cidade digital estratégica, no Município de Foz do Iguaçu, durante o exercício de 2015. Tal análise, enfatizada pelo plano plurianual, identificou também seu processo de elaboração, bem como sua integração a outros planos municipais, tais como planejamento estratégico municipal, planejamento de informações municipais e planejamento da tecnologia da informação, projetos esses, que caracterizam a adequada implantação da cidade digital estratégica.

Desta forma, reitera-se a justificativa da pesquisa tendo em vista a relação entre esses dois temas: orçamento público e cidade digital estratégica. Por um lado o orçamento público destinando recursos para que os projetos da cidade digital estratégica sejam desenvolvidos, e por outro, a cidade digital estratégica oferecendo recursos para uma adequada elaboração e execução do orçamento público.

Fundamentação Teórica

Orçamento Público

A ciência da administração pública preconiza os orçamentos públicos. O orçamento possui um papel fundamental na administração pública brasileira, pois é um instrumento de ação que repercute na gestão governamental como um todo. Assim sendo, é considerado de grande relevância para a tomada de decisão em políticas públicas (ABREU; CÂMARA, 2014). Andrade *et al.* (2006) e Rezende (2012) reforçam que o orçamento público ou orçamento programa representa a materialização do planejamento do Estado, pois, além de ser realizado para a manutenção de suas atividades rotineiras, ele deverá ser um instrumento para execução de seus projetos em longo prazo. Assim, segundo Rezende (2012), ao ser elaborado, os fundamentos e as premissas utilizadas para a gestão dos municípios deverão estar em consonância com a Constituição Federal, com o Estatuto da Cidade, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e com a Lei Orgânica do município.

Verifica-se, assim que apesar de notável a contribuição do orçamento para administração dos recursos públicos, ainda sim, observa-se que ele não resolve todos os problemas contemporâneos. Por isso, segundo Kohama (2010) fazer uso dos diferentes planos municipais, bem como das diversas técnicas de planejamento, contribuirão para melhorar a gestão dos municípios. Esse planejamento permitirá um diagnóstico da situação atual, identificando as ações que serão condensadas no chamado sistema de planejamento integrado.

Plano Plurianual

Complementando a legislação, o orçamento público é uma ferramenta de planejamento da administração pública, que deve estar atrelado a outros planos municipais para que logrem êxito os seus resultados. Dentre esses planos, pode-se destacar o PPA, como indispensável neste processo, pois é ele que define os projetos que serão executados pelo município, num período de quatro anos. Além disso, servirá de base também para elaboração da LDO, bem como da própria LOA.

O PPA está previsto no artigo 165, inciso I da Constituição Federal e consiste em planejamento estratégico de médio prazo, deverá conter as estratégias, os projetos e as atividades que o Governo pretende realizar, ordenando as suas ações e visando à consecução de objetivos e metas a serem atingidas. Destinam-se recursos necessários para a execução das atividades municipais para um período de quatro anos, ao nível do Governo Federal, Estaduais e Municipais (BRASIL, 1988; JUND, 2008; KOHAMA, 2010; LEVY; DRAGO, 2005; REZENDE, 2012).

Lei das Diretrizes Orçamentárias

A LDO tal como o PPA, é uma ferramenta de planejamento que visa estabelecer as prioridades que deverão ser executadas pelo município. A LDO deverá atender ao disposto no Inciso 2º do artigo 165 da Constituição Federal e artigo 4º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000. Na relação entre essas três peças, a LDO “constitui o elo entre o PPA e a LOA, compatibilizando as diretrizes do PPA à estimativa das disponibilidades financeiras para determinado exercício financeiro” (MACHADO, 2007, p. 56).

Kohama (2010), Slomski (2005) e Rezende (2012) destacam que cabe a LDO, com base no PPA, definir quais serão as metas que serão desenvolvidas no exercício financeiro subsequente. A LDO sendo de periodicidade anual, segundo Rezende (2012) tem por objetivo estabelecer um conjunto de instruções em termos de normas, de forma e conteúdo para que a lei orçamentária seja elaborada. Ela indica as prioridades a serem observadas quando da elaboração do orçamento público. Portanto, de acordo com os autores mencionados, a LDO servirá de base para a elaboração do orçamento público, com base nos programas previstos no PPA.

Lei Orçamentária Anual

De acordo com Rezende (2012) a lei orçamentária é de periodicidade anual e proverá os recursos necessários para cada ação constante da LDO. Por meio de seus planos operacionais, estabelece as receitas previstas e autoriza as despesas municipais. De iniciativa do Poder Executivo e com aprovação do Poder Legislativo, ela está prevista no inciso 5º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 5º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000. Essas legislações trouxeram uma nova abordagem ao orçamento público, tornando - os uma ferramenta de planejamento. Por isso, a sua principal estrutura é apresentar as receitas previstas e com base nelas, fixar as despesas que serão realizadas.

As organizações públicas necessitam de ferramentas para controle de seus recursos públicos. Dentre as suas necessidades, pode-se destacar um adequado planejamento para realização das premissas das receitas, bem como uma justa distribuição dos recursos públicos, em prol dos cidadãos. Assim, é criada a LOA como uma alternativa para a gestão das organizações públicas. Assim, composto de receitas e despesas, o orçamento público têm por objetivo atender as necessidades dos cidadãos (KOHAMA, 2010, SLOMSKI, 2005).

Por isso, para que apresente resultados mais positivos, deverá ser elaborado de forma planejada e atrelado a outros planos municipais. Nesse caso, reporta-se aos projetos da CDE (REZENDE, 2012).

Cidade Digital Estratégica

Do ponto de vista da cidade digital, a formação das cidades é resultante de um processo histórico-social de aglomeração humana na ocupação do território. Dessa forma, ao longo do tempo, as características originais das cidades mudam e elas assumem uma dimensão própria, ou seja, a cada contexto histórico, social, econômico, político e cultural, elas apresentam diversos aspectos peculiares que precisam ser avaliados. Esses diversos tipos e formatos de cidade requerem uma mudança de atitude e de mentalidade no planejamento regional e urbano (GUERREIRO, 2006).

Devido a essas necessidades, segundo Rezende (2012), a cidade digital estratégica (CDE) manifesta-se como uma alternativa a serem utilizados pelos gestores públicos para melhorar os serviços públicos oferecidos aos cidadãos. Para isso, Rezende (2012) propõe a realização de diversos planos, para que seja realizada uma adequada implantação da CDE. Dentre esses planos, pode-se destacar a elaboração do Planejamento Estratégico Municipal (PEM), do Planejamento de Informações Municipais (PIM) e do Planejamento de Tecnologia da Informação (PTI). O destaque desses projetos é a integração entre os mesmos, tanto de forma vertical quanto de forma horizontal. Dessa forma, esses planos interagem com todas as temáticas municipais, sendo imprescindível utilizar-se das informações produzidas em diversos setores para realizar um planejamento adequado.

O PEM deverá planejar todas as funções ou temáticas municipais. No que diz respeito ao PIM, os modelos de informações são seus principais produtos, sendo pré-requisitos para a elaboração do planejamento dos projetos de sistemas de informações (SI), dos projetos de sistemas de conhecimento (SC) e dos projetos referente aos respectivos perfis de recursos humanos (RH). Em relação ao PTI, este possibilitará o planejamento dos recursos de tecnologia da informação e a disponibilização de serviços públicos oferecidos aos cidadãos (REZENDE, 2012).

No que diz respeito à elaboração do PTI e do PIM, também, segundo Rezende (2015), o mesmo deve seguir roteiros ou passos preestabelecidos tal como o PEM, para que alcancem o sucesso de implantação. Assim, a referida metodologia deve ser para todo o município, prefeitura e organizações públicas municipais envolvidas, de maneira que seja entendida e utilizada por todos. Além disso, deverá ser amplamente discutida e avaliada por uma equipe multidisciplinar ou comitê gestor.

Diante desses conceitos mencionados, apesar do tema CDE ser recente, considera-se fundamental a utilização de seus métodos para a gestão dos municípios. Isso porque ela fornece subsídios ao administrador público e aos cidadãos, pois estão calcadas no planejamento, nas estratégias desenvolvidas, nas necessidades de se ter informações precisas para tomada de decisão, agregado ao uso dos recursos de tecnologia da informação, para melhorar os serviços públicos oferecidos aos cidadãos. Por estar visivelmente dividida nestes aspectos, sequencialmente será detalhado cada um desses componentes, que somados, caracterizam um conjunto de ações que definem a adequada implantação da CDE.

Componentes da Cidade Digital Estratégica

A cidade digital estratégica contempla 4 subprojetos (REZENDE, 2012). Todos os componentes definem claramente a distinção entre a cidade digital da cidade digital estratégica, pois, segundo Rezende (2015) para que uma cidade digital possa ser considerada estratégica, ela deverá ser composta impreterivelmente de estratégias, informações, serviços municipais e tecnologia da informação. Todos de forma planejada e integrada.

a. Estratégias da Cidade. A estratégia compreende um dos vários conjuntos de regras de decisão para orientar o comportamento do município, como uma ferramenta para trabalhar com as turbulências e as condições de mudanças que cercam os municípios (ANSOFF, 1988). É uma forma de pensar no futuro, integrada no processo decisório, com base em procedimentos formalizados e articulados em resultados. Pode-se relacionar a estratégia com a palavra “guerra” e a tática com a palavra “batalha” (MINTZBERG; QUINN, 2001).

Rezende (2015) destaca que as estratégias podem ser entendidas como meios, formas, atividades ou caminhos para atender aos objetivos da organização. Elas constituem numa das atividades mais relevantes, na elaboração do planejamento estratégico, preconizando o sucesso no projeto e na gestão da organização. As estratégias da organização “devem considerar os conceitos de administração estratégica, pensamento estratégico, informação e conhecimento, alinhamento estratégico, empreendedorismo, inovação, liderança, gestão de projetos e da inteligência organizacional” (REZENDE, 2015, p. 114).

Segundo Rezende (2015) o PEM é um perfeito exemplo da necessidade de utilização de estratégias. Isso porque ele deverá observar as ações que deverão ser desenvolvidas em um município, por um longo período de tempo, vinte anos ou mais. Portanto, o PEM é um elemento essencial para o bom desempenho da administração pública, à medida que utilizam as estratégias aliadas à informação e ao conhecimento, pois sem esses requisitos não seria possível gerir e implementar um projeto com sucesso.

Diante dos conceitos mencionados, apesar dos inúmeros benefícios que um planejamento estratégico pode proporcionar às organizações públicas, segundo Rezende (2015) alguns cuidados devem ser observados para evitar o insucesso do mesmo. A metodologia escolhida deve ser adequada à realidade da organização; deve ser organizado antecipadamente e amplamente divulgado; os envolvidos no projeto devem ser capacitados; a visão e os objetivos da organização devem ser integrados e vivenciados constantemente por todas as pessoas da organização; além de ser necessário um orçamento específico para sua elaboração e também estar desvinculado de um organograma ou das forças políticas existentes.

b. Informações para gestores e cidadãos. A informação é todo o dado trabalhado ou tratado. Pode ser entendida como um dado com valor significativo atribuído ou agregado a ele e com um sentido natural e lógico para quem usa a informação. Pode ser definida como algo útil. Como exemplos, podem ser citados: nome do cidadão; data de nascimento do cidadão; cor do prédio do hospital; número de equipamentos; valor total da arrecadação mensal. Quando a informação é “trabalhada” por pessoas e pelos recursos computacionais, possibilitando a geração de cenários, simulações e oportunidades, pode ser chamada de conhecimento (REZENDE, 2012).

Os dados, as informações e os conhecimentos não podem ser confundidos com decisões (atos mentais, pensamentos), com ações (atos físicos, execuções) ou com processos ou procedimentos. As informações para serem úteis para as decisões devem conter as seguintes características ou premissas: possuem conteúdo único; exigem mais de duas palavras; sem generalizações; não são abstratas; sem verbos; e ainda, são diferentes de documentos, programas, arquivos ou correlatos. Podem ainda ser dos tipos convencionais, oportunas, personalizadas. E ainda serem sistematizadas em operacionais, gerenciais e estratégicas (REZENDE, 2015).

c. Recursos da Tecnologia da Informação.

A informática ou tecnologia da informação pode ser conceituada como recursos tecnológicos e computacionais para guarda, geração e uso de dados, informações e conhecimentos. Está fundamentada nos seguintes componentes: hardware e seus dispositivos e periféricos; software e seus recursos; sistemas de telecomunicações; gestão de dados e informações (REZENDE; ABREU, 2013). Também pode ser chamada de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Além disso, segundo Fountain (2005) e Turban, Rainer e Potter (2005) as novas tecnologias, além de proporcionar esses benefícios mencionados, também aumentam a produtividade, bem como propiciam a criação de sistemas flexíveis e personalizáveis que permitam aos indivíduos incluir suas opiniões e conhecimento no sistema. A *internet* e o conjunto cada vez maior de uso das tecnologias de informação e comunicação têm ajudado os Governos no que diz respeito à organização da comunicação, do trabalho, influenciando na estrutura do Estado e suas relações com os cidadãos (FOUNTAIN, 2005; TURBAN; RAINER; POTTER, 2005). Assim sendo, uma função da tecnologia da informação é ser facilitador de atividades e processos organizacionais (TURBAN; RAINER; POTTER, 2005).

Diante dos conceitos mencionados identifica-se que a utilização de recursos de tecnologia da informação são atividades e soluções que podem ser utilizadas pela administração pública como forma de melhorar a prestação dos serviços públicos. Isto porque elas disponibilizam acesso, segurança, produção no uso das informações, além de permitir a tomada de decisão para o gestor público. Também proporciona transparência dos gastos públicos, à medida que as informações são disponibilizadas à população.

Identificados os benefícios da tecnologia da informação para as organizações públicas, Rezende (2015) ainda destaca que tecnologia da informação trata-se de ferramenta que deverá estar integrada aos sistemas de informação, aos sistemas de conhecimento, às pessoas ou RH, no contexto ou infraestrutura organizacional. Esse alinhamento permitirá que se faça o PTI integrado ao planejamento estratégico da organização, desenvolvendo o planejamento dos recursos da tecnologia da informação e a disponibilização de serviços públicos oferecidos pelo município aos cidadãos.

Segundo Rezende (2012) o PTI é uns dos projetos que compõem um conjunto de projetos que caracterizam a implantação da CDE. Tal como o PEM e o PIM, eles devem feitos de forma integrada, formando um conjunto de projetos a serem desenvolvidos no município, para caracterizar a implantação da CDE. Assim, identificando seus benefícios, Rezende (2015) destaca a importância de fazer uma reflexão sobre tecnologias e pessoas no planejamento estratégico, pois ambas devem ser ajustadas entre si até que se obtenha uma harmonização perfeita entre os dois temas. De um lado, a tecnologia com suas complexas técnicas usadas para gerar produtos ou resultados, de outro o ser humano fazendo com que as suas engrenagens funcionem perfeitas e harmonicamente, buscando um relacionamento cooperativo e satisfatório para a organização. Portanto, “no planejamento estratégico, o perfil das pessoas deve ser definido para vir ao encontro de suas estratégias” (REZENDE, 2015, p. 56). Assim os recursos da tecnologia da informação devem ser vistos como um aliado aos gestores públicos, para enfrentamento dos desafios atuais, pois disponibilizam ferramentas que podem facilitar as atividades públicas a serem desenvolvidas.

d. Serviços públicos oferecidos. O serviço público pode ser entendido como qualquer serviço prestado pelo governo ou por seus delegados sob normas e controles para atender às necessidades essenciais da comunidade ou conveniência secundária ou simples do Estado. Exemplos de serviços públicos: educação pública; polícia; saúde pública; transporte público; telecomunicações; e outros (MEIRELLES, 2013). A sociedade necessita de diversos serviços que devem ser prestados pelo Estado. Dentre eles podem ser citados: a limpeza pública, a iluminação, o saneamento básico, pavimentação de ruas, entre tantos outros. Devido a essa grande quantidade e diversidade de serviços, gerir adequadamente os recursos públicos para que atendam a todas essas necessidades, são desafios para os gestores públicos.

Segundo Rodrigues (2014) o crescimento populacional combinado com outras questões de má governança, têm acentuado os problemas urbanos. As cidades, “salvo algumas poucas, nunca foram planejadas adequadamente para que as populações nelas vivessem. Desde sempre, a migração do rural para o urbano é abrupta, sem qualquer organização” (CARNEIRO, 1998, p. 17). Essa forma de crescimento das cidades resulta em sérios prejuízos tanto para os gestores públicos quanto aos cidadãos, pois são eles que absorvem os reflexos provenientes desse cenário.

Esses dilemas enfrentados, que serão as atividades a serem desenvolvidas pelos Governos, sejam eles em nível Federal, Estadual ou Municipal, segundo Rezende (2015) são chamados de serviços públicos e devem convergir para um só objetivo: buscar o bem comum da coletividade. Segundo Guerrero (1997) o Estado deve utilizar o máximo das ferramentas disponíveis da administração pública para alcançar sua finalidade específica, que é beneficiar seus cidadãos. Por isso, Rezende (2012) sugere como medidas para melhorar os serviços públicos, a integração dos diversos planos municipais. Dentre esses planos pode ser citada a integração do PEM, ao PPA, ao Plano Diretor da Cidade, ao Planejamento de Recursos Humanos, ao PIM, aos projetos participativos e ao plano de governo.

Dessa forma, é possível identificar que o planejamento desses projetos tem relação direta com o orçamento público à medida que o PPA esteja intimamente ligado ao planejamento estratégico do município. A necessidade do alinhamento do planejamento estratégico aos demais planos, e ao planejamento do PPA, demonstra a relação que tem os dois temas: Orçamento público e CDE, sendo relevante esta integração para que os objetivos dos projetos da CDE sejam alcançados.

Metodologia da Pesquisa

O estudo de caso propicia um aprofundamento local da pesquisa (YIN, 2013). O método enfatizado foi o estudo de caso e teve por objetivo fazer análises sobre o orçamento público, bem como sobre o PPA do Município de Foz do Iguaçu. O critério da seleção ocorreu devido representar uma microrregião destaque na região oeste do Estado do Paraná, com destaque as atividades provenientes do turismo local. Essas análises concentram-se em investigar o processo de elaboração e execução do orçamento público. As análises ocorrem tanto de forma quantitativa quanto qualitativa e teve por objetivo propor uma discussão acerca das ações realizadas no município, principalmente no que concernem as estratégias utilizadas, a qualidade de suas informações, bem como sobre seus serviços oferecidos aos cidadãos.

De duas maneiras foram trabalhadas as técnicas da pesquisa. A coleta documental devido ao fato de terem sido analisados diversos relatórios obtidos por meio do portal da transparência, tais como PPA, LDO, LOA, bem como os relatórios da execução orçamentária e financeira. Também, foi realizada uma entrevista de forma semiestruturada junto aos gestores e servidores de diversos setores do município. Essa entrevista permitiu uma maior interação junto aos entrevistados, o que facilitou a investigação no sentido de identificar os procedimentos adotados, principalmente no que concerne aos planejamentos empregados no município.

Um protocolo de pesquisa foi elaborado para fortalecer a pesquisa, visando a orientar a coleta de dados. Foi elaborado a partir da bibliografia realizada na fundamentação teórica, constituído de dois constructos: orçamento público e CDE. No constructo orçamento público, suas variáveis foram: 1) valor total do orçamento inicial consolidado; 2) valor total do orçamento consolidado após as alterações orçamentárias; 3) valor total do orçamento inicial da administração direta; 4) valor total do orçamento da administração direta após as alterações orçamentárias; 5) valor do orçamento inicial das demais entidades públicas; 6) programas existentes na LOA que contribuíram para a implantação da CDE; 7) valores executados da LOA com tecnologia da informação por natureza da despesa; 8) integração da LOA a outros planos municipais.

O constructo cidade digital estratégica teve as variáveis: 1) existência do PEM; 2) valores investidos para realização do PEM; 3) contribuição do PEM para a implantação dos projetos da CDE; 4) existência do PIM; 5) valores investidos para realização do PIM; 6) contribuição do PIM para a implantação dos projetos da CDE; 7) existência do PTI; 8) valores investidos para realização do PTI; 9) contribuição do PTI para implantação dos projetos da CDE; 10) contribuição dos planejamentos/planos municipais para melhorar os serviços públicos; 11) existência de *internet* gratuita aos cidadãos.

Análise da cidade digital estratégica e suas relações com o orçamento público

O Município de Foz do Iguaçu, segundo dados do IBGE (2016), passou de 33.966 habitantes no ano de 1.970 para 263.782 em 2015. Essa explosão demográfica, segundo informação no *site* oficial do município ocorreu devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Esse crescimento acelerado provocou profundas mudanças no desenvolvimento urbano do município, causando grandes problemas socioeconômicos. A justificativa para esse crescimento populacional se deu devido à população ter sido atraída pelos dois últimos ciclos econômicos (construção de Itaipu e turismo de compras). Assim formando os novos iguaçuenses com baixa renda e pequena qualificação profissional, convivendo com a outra parcela, de alta qualificação, porém menos numerosa, em setores como o de produção de energia elétrica e do turismo. O resultado foi a elevação na demanda por serviços públicos e privados (FOZ DO IGUAÇU, 2016). Nesse contexto, para fazer análises da gestão do município, uns dos critérios observados foram os valores do seu orçamento, conforme apresentado no Quadro 01, de acordo com os valores constantes na Lei nº 4.313, de 24 de dezembro de 2014.

Quadro 01: Valores do Orçamento Público do Município de Foz do Iguaçu para o exercício de 2015

Questões aplicadas	Valores
1) Valor do orçamento inicial consolidado?	720.215.428,00
2) Valor do orçamento inicial consolidado após as alterações orçamentárias?	882.096.996,31
3) Valor do orçamento inicial da administração direta?	579.333.138,00
4) Valor do orçamento da administração direta após as alterações orçamentárias?	737.798.050,81
5) Valor total do orçamento inicial das demais entidades públicas?	116.162.290,00

Fonte: Município de Foz do Iguaçu, 2016.

A obtenção desses dados serviu de base para realizar análises também de outras variáveis, que serão destacadas a seguir. Assim, o quesito selecionado do Quadro 01 para realizar as análises das despesas foram os valores do “orçamento público da administração direta após as alterações orçamentárias”. Esse critério se justifica à medida que o orçamento inicial acrescido dos valores suplementados são os realmente disponíveis para realizar a execução orçamentária durante todo o exercício, para qualquer município. Dessa forma, após a coleta de dados, os valores executados por meio dos programas da LOA, que contribuíram para os projetos da CDE ficaram assim distribuídos.

Quadro 02: Programas inseridos na LOA que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE

Órgão 5: Assessoria Especial de Planejamento – Unidade 01: Gabinete do Assessor e Unidade 2: Diretoria de Planejamento Orçamentário e ÓRGÃO 33: Secretaria Municipal de Gestão Estratégica e Projetos – Unidade 01: Gabinete do Secretário.					
PROGRAMA 140 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUT. DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL					
Nº dos projetos/atividades	Nome dos projetos/atividades	Valores orçados inicialmente	Valores das alterações orçamentárias	Valor empenhado	Saldo da dotação
1037	Desapropriação e aquisição de áreas – AEP	100.000,00		0,00	100.000,00
1052	Aquisição de veículos - AEP	50.000,00	- 5.000,00	0,00	45.000,00
1100	Projetos especiais de interesse público – AEP	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
2108	Manut. dos serviços gerais e gabinete AEP	3.964.264,00	- 385.000,00	3.335.810,96	243.453,04
2133	Manut. das instalações físicas da AEP	80.000,00	- 75.000,00	361,00	4.639,00
2109	Manut. da Diretoria de Planej. Orçamentário – AEP	70.000,00	- 68.000,00	1.600,00	400,00
2142	Manut. do gabinete do secretário – SMGE	300.000,00	71.500,00	335.492,17	36.007,83
Total do Programa nº 140		4.565.264,00	- 461.500,00	3.673.264,13	430.499,87
Órgão 15: Assessoria de Tecnologia da Informação – Unidade 01: Gabinete do Assessor					
PROGRAMA 180 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA TI					
Nº dos projetos/atividades	Nome dos projetos/atividades	Valores orçados inicialmente	Valores das alterações orçamentárias	Valor empenhado	Saldo da dotação

1035	Aquis. de equip. – de médio e grande porte	100.000,00	- 99.576,00	0,00	424,00
1036	Programa Bairro Digital	120.000,00	-120.000,00	0,00	0,00
1047	Projeto cidade digital (inclusão digital)	250.000,00	-250.000,00	0,00	0,00
1051	Cadastro social	600.000,00	- 599.500,00	0,00	500,00
2107	Manut. dos serviços gerais, do gabinete do assessor e das diretorias da AET	2.064.897,00	127.256,00	1.892.711,82	299.441,18
2132	Gestão de infraest. Tecnológica	50.000,00	- 50.000,00	0,00	0,00
2141	Manut./desenv. Módulos SAÚDEFOZ	170.000,00	-150.580,00	0,00	19.420,00
Total do Programa nº 8		3.354.897,00	- 1.142.400,00	1.892.711,82	319.785,18

Fonte: Município de Foz do Iguaçu, 2016.

Conforme Quadro 02, estes projetos/atividades inseridos na LOA resultaram num montante de R\$ 7.920.161,00 (sete milhões, novecentos e vinte mil e cento e sessenta e um reais) de recursos orçamentários destinados a Assessoria Especial de Planejamento, a Secretaria Municipal de Gestão Estratégica e Projetos e a Assessoria da Tecnologia da Informação. Cabe ressaltar que esse valor alocado nas três secretarias, representa uma destinação de 1.07% do orçamento total da administração direta após as alterações orçamentárias, em atividades pertinentes às suas funções, ou seja, que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE.

Mesmo representando uma porcentagem pequena em relação ao orçamento total, observa-se que menor ainda foi o valor executado destes projetos/atividades. A Assessoria de Tecnologia da Informação, vinculada ao programa 180 – Programa de Gestão e Manutenção da Tecnologia da Informação apresentou o menor resultado de execução do orçamento público se comparar as três pastas. Mesmo tendo destinando apenas o montante R\$ 3.354.897,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais) ao orçamento inicial - 0,45% do orçamento da administração direta após as alterações orçamentárias - o mesmo ainda foi reduzido em 34,05% no decorrer do exercício. Essa porcentagem representa uma redução de R\$ 1.142.400,00 (um milhão, cento e quarenta e dois mil e quatrocentos reais) de recursos orçamentários destinados à Assessoria de Tecnologia da Informação. Dessa maneira, o valor efetivamente executado pela Assessoria de Tecnologia da Informação foi o montante de R\$ 1.892.711,82 (um milhão, oitocentos e noventa e dois mil, setecentos e onze reais e oitenta e dois centavos). Isso significa dizer que houve uma execução de apenas 0,26% do orçamento da administração direta após as alterações orçamentárias em ações pertinentes para as funções da Assessoria Especial da Tecnologia da Informação.

Ainda vale ressaltar, que esse montante executado, não foi totalmente aplicado em investimentos, propriamente dito, em tecnologia da informação, tais como *hardwares* e *softwares*. Isso ocorreu, pois parte destes valores já estava comprometida em ações específicas para prover a manutenção dos departamentos, tais como despesas de pessoal, adiantamentos, diárias, entre outros. Mas, independentemente disso, foram necessários para manter o desempenho de suas atividades, devendo, portanto, serem considerados recursos que o município destinou para constituir a estrutura organizacional que cuida dessas funções.

Ainda nesse sentido, ressaltando a exemplificação, para o Projeto/atividade 1036 - Bairro Digital houve uma destinação de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) ao orçamento inicial, mas nada foi executado. O mesmo foi reduzido por meio de anulação orçamentária e aplicado em outras áreas. Em relação ao Projeto/atividade 1047 - Cidade Digital também ocorreu a mesma situação. Houve uma destinação inicial de R\$ 250.000,00, (duzentos e cinquenta mil reais) ao orçamento, contudo, posteriormente, tal valor foi totalmente anulado. Não houve execução também nos Projetos/atividades 1035 - Aquisição de Equipamentos; 1051 - Cadastro Social; 2132 - Gestão de Infraestrutura Tecnológica e 2141 - Manutenção e Desenvolvimento de Novos módulos para o

sistema SAUDEFOZ. Os únicos valores executados ocorreram no Projeto/atividade 2107 - Manutenção dos Serviços Gerais, no montante de R\$ 1.892.711,82, (um milhão, oitocentos e noventa e dois mil, setecentos e onze reais e oitenta e dois centavos). Esse valor foi distribuído em atividades como folha de pagamento, adiantamentos, prestação de serviços e materiais de consumo para manutenção da Assessoria e aquisição de passagens aéreas.

Em relação à Assessoria Especial de Planejamento observa-se que apesar do total do orçamento ter sido no montante de R\$ 4.265.264,00, (quatro milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais). Isso representa 0,58% do orçamento da administração direta após as alterações orçamentárias, a mesma apresentou apenas um projeto/atividade com nomenclatura específica que induz à realização de ações que possam contribuir para a implantação dos projetos da CDE. Este projeto/atividade é chamado de Projetos Especiais de Interesse Público.

Cabe observar que para tal projeto/atividade houve uma destinação de apenas R\$ 1.000,00, (um mil reais), mas nada executado. Os demais projetos/atividades, apesar da Assessoria Especial de Planejamento não ter destinado para a elaboração formal do planejamento estratégico ao município, conforme orienta Rezende (2015), a mesma destinou recursos para a elaboração, o gerenciamento, o acompanhamento e a fiscalização de demais projetos da administração direta municipal, bem como para manutenção da pasta. Devendo, portanto ser considerado investimento para a manutenção da estrutura que cuida dessas atividades específicas. Um exemplo desses projetos distintos foi a aplicação de recursos para elaboração, revisão e atualização do plano diretor, que teve por função realizar o planejamento urbano do município, visando ao planejamento da infraestrutura do município. Isso representa recursos destinados ao planejamento, mesmo não sendo o PEM (REZENDE, 2012).

Em relação à Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos, esta teve um orçamento total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), representando 0,04% do orçamento da administração direta após as alterações orçamentárias. Desse valor, igualmente da Assessoria Especial de Planejamento não se destinou para a elaboração do PEM, conforme orienta Rezende (2015), mas para manutenção da pasta. Dentre suas ações, pode-se destacar: despesas de pessoal, diárias, passagens, materiais de consumo e prestação de serviços.

Desta forma, considerando todo o exposto, observa-se que apesar de todas as secretarias não apresentarem a realização formal do PEM, ou o PTI, conforme orienta Rezende (2015), as mesmas tiveram recursos destinados para desenvolver suas atividades fins, devendo, portanto, serem considerados investimentos que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE.

Com o mesmo intuito, foram coletados dados dos valores investidos em tecnologia da informação, por desdobramentos das despesas, que também representam as ações realizadas pelo município que contribui para a implantação dos projetos da CDE. Esses investimentos ficaram assim distribuídos:

Quadro 03: Valores investidos em atividades que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE

Natureza das despesas	Descrição	Valores executados em TI
339030-1700	Material de processamento de dados	32.969,27
339030-3000	Material para comunicações	0,00
339030-4700	Aquisição de software de base	0,00
339039-0800	Manutenção de software	0,00
339039-1100	Locação de software	18.010,00
339039-4700	Serviços de comunicação em geral	270.278,14
339039-5700	Serviços de processamento de dados	293.141,94
339039-5800	Serviços de telecomunicações	1.555.556,28
339039-9700	Despesas de teleprocessamento	0,00
449052-3500	Equipamentos de processa. de dados	536.293,99
TOTAL EXECUTADO		2.706.249,62

Fonte: Município de Foz do Iguaçu, 2016.

Nesse sentido, esses valores apurados destinaram-se a custear diversas ações. Dentre elas pode-se citar a aquisição de materiais para instalação de rede lógica e telefonia; manutenção e suporte técnico de sistemas; serviços de correspondência e telefonia; bem como aquisição de

matérias permanentes, tais como computadores, *notebooks*, *nobreak* e impressoras. Esses investimentos somaram R\$ 2.756.929,62 (dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos), de recursos em tecnologia da informação, para o Município de Foz do Iguaçu, no exercício de 2015.

Dessa forma, o valor apresentado no Quadro 03, ao ser somado com os valores apresentados no Quadro 02, identificam os valores investidos pelo Município de Foz do Iguaçu, em ações que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE, para o exercício de 2015.

Não esgotada ainda foi realizada durante a pesquisa uma entrevista com o Setor de Tecnologia da Informação, no dia 13 de agosto de 2016, para identificar outros projetos desenvolvidos pelo município e que contribuíram para a implantação da CDE. Nessa entrevista foi relatado que o Setor de Tecnologia da Informação esteve em exercício até o ano de 2012, segundo uma secretária municipal desse setor. Em janeiro de 2013, foi transformada em uma Assessoria Especial de Tecnologia da Informação e, atualmente, é considerada um Departamento vinculado à Secretaria da Administração. Durante esse período de alterações, os investimentos para manutenção do departamento também foi se reduzindo. Conforme diálogo realizado com os técnicos que trabalham na parte de manutenção de rede, a redução da equipe técnica foi a mais prejudicada. Atualmente, contam com apenas 2 servidores para atender à demanda de toda a prefeitura.

Os prejuízos aos usuários foram inevitáveis. Antes disso o município contava com 3 pontos de *internet* gratuita aos cidadãos, além da *internet* oferecida aos produtores rurais. Hoje, devido à falta de equipamento e pessoal para realizar o controle desses serviços, a *internet* gratuita aos cidadãos foi desativada, ficando ativa apenas a *internet* para os produtores rurais. Os técnicos ainda mencionam a falta de atualização das licenças de diversos *softwares*, tais como *antivírus*, *antiSpam*, entre outros. Além de prejudicar diversos outros serviços prestados pela Prefeitura, a fiscalização das notas eletrônicas é a mais afetada, tendo em vista a falta de envio e recebimento de *e-mail* dos contribuintes. Apesar dessas dificuldades, os funcionários não medem esforços para dar continuidade aos trabalhos.

Atualmente, a conexão de *internet* para todos os pontos de Governo é feito por fibra óptica, mediante um contrato firmado junto a Copel. Seu custo mensal é de R\$ 31.386,34 (trinta e um mil, trezentos e oitenta e seis mil, e trinta e quatro centavos) ao município. Apesar de ter esse custo mensal provenientes de recursos próprios do município, garante comunicação entre todos os prédios públicos. O custo mensal deste contrato foi empenhado na natureza da despesa 33.90.39.9999 – demais serviços de terceiros, ou seja, numa classificação diferente dos investimentos identificados em tecnologia da informação apresentado no Quadro 03. Devido a isso, devem ser somados como investimentos que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE.

Cabe observar também que, deste valor mensal de R\$ 31.386,34, (trinta e um mil, trezentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Que resulta num investimento anual de R\$ 376.636,08 (trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e trinta e seis reais e oito centavos), R\$ 7.172,86 (sete mil, cento e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos) foram alocados no projeto/atividade 2107 – manutenção dos serviços gerais, do gabinete do assessor e das diretorias da Assessoria Especial da Tecnologia da Informação, apresentado no Quadro 02. Portanto, se faz necessário considerar a sua redução para identificar os valores reais investidos pelo município que caracterizam a CDE.

Assim sendo, no exercício de 2015, considerando a redução informada, pode-se afirmar que tem de ser somada a quantia de R\$ 369.463,22 (trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos) aos valores apresentados nos Quadros 02 e 03, para calcular os investimentos reais realizados pelo município em projetos que contribuíram para a implantação da CDE.

Também após a entrevista realizada com a Secretaria Municipal de Segurança Pública, foi identificada no município a instalação do Sistema de Videomonitoramento. Este projeto foi criado com objetivo de garantir a proteção da população e dos bens públicos, de forma a constituir uma política municipal preventiva de segurança pública, que resultou na assinatura do Convênio nº 749522/2010, que ocorreu em 20 de junho de 2010, cujo término da vigência se deu em 30 de outubro de 2015. O valor global do convênio foi de R\$ 5.125.801,18 (cinco milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e um real, e dezoito centavos), sendo R\$ 5.022.801,18 (cinco milhões, vinte e dois mil, oitocentos e um mil, e dezoito centavos) a título de convênio e R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais) a título de contrapartida do município. Dentre os bens adquiridos, podem ser citados: 122 *nobreak*;

49 microcomputadores; 119 postes de concreto; 120 câmeras; 159 rádios; 130 armários; 07 ares condicionados; entre outros equipamentos e serviços.

Dessa forma, após as entrevistas realizadas, pode-se dizer que umas das principais ações encontradas no Município de Foz do Iguaçu que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE foram os benefícios causados pela implantação do Sistema de videomonitoramento e pela instalação da fibra óptica. O sistema de videomonitoramento auxiliando nas ocorrências de trânsito e na segurança municipal a partir das imagens das vias públicas, proporcionando maiores informações para os gestores e funcionários públicos quando na atuação de suas atividades. Já a instalação da fibra óptica interligando os prédios públicos e garantindo serviço de governo aos contribuintes (REZENDE, 2012).

Assim sendo, considerando os valores investidos nesses dois projetos – R\$ 5.495.264,40 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos), que somados aos investimentos identificados nos Quadros 02 e 03, de R\$ 8.272.225,57 (oito milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos), pode dizer que o Município de Foz do Iguaçu realizou um investimento total de R\$ 13.767.489,97 (treze milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos) em atividades que contribuíram para os projetos da CDE. Esse investimento realizado representa 1,87% do orçamento total da administração direta após as alterações orçamentárias. Para melhor entendimento deste cálculo, os valores totais investidos pelo Município de Foz do Iguaçu que contribuíram para os projetos da CDE ficaram assim distribuídos:

Quadro 3: Valores totais investidos por meio do orçamento público em ações que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE - Foz do Iguaçu

Ações	Valores	Porcentagem	Valor/ Habitantes
Valores executados pelos programas 140 e 180 apresentados no Quadro 02	5.565.975,95	1,86%	R\$ 52.19
Valores executados em TI pelas naturezas da despesa apresentados no Quadro 03	2.706.249,62		
Implantação da fibra óptica e sistema de videomonitoramento devido ao fato de não estarem alocados nos programas e natureza da despesa apresentados nos Quadros 02 e 03	5.495.264,40		
Total de investimentos que contribuíram para a CDE	13.767.489,97		

Fonte: Município de Foz do Iguaçu, 2016.

Diante de todo o exposto, após as análises realizadas, conclui-se que o Município de Foz do Iguaçu, investiu por meio do orçamento público o montante de R\$ 13.764.489,97 (treze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos) em ações que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE. Isso representa o equivalente a 1,86% do orçamento total do orçamento da administração direta após as alterações orçamentárias.

Complementando as análises, em relação à integração do orçamento público aos projetos da CDE, primeiramente foi analisado quanto à existência dos principais planos que caracterizam a CDE, quais sejam: PEM, PIM e PTI. Desta forma, após entrevista foi observado o seguinte:

No que se refere ao PEM, constatou-se que o Município de Foz do Iguaçu não apresentou formalmente um projeto referente ao planejamento estratégico do município, conforme orienta Rezende (2012), ou seja, que atenda todas as temáticas municipais e por um longo período de tempo. Apenas de forma individualizada, com o auxílio da Assessoria Especial de Planejamento e a Secretaria Municipal de Gestão Estratégica, cada secretaria cuida de suas atividades, mas não realizando um planejamento de forma integrada com toda a prefeitura. Sendo assim, as estratégias são desenvolvidas de forma fragmentada, e não como orienta Rezende (2012).

Em relação à elaboração do PIM, constatou-se que o Município de Foz do Iguaçu também não apresentou a realização deste plano de maneira formal, pois não foi constatada a elaboração de um documento único, escrito de maneira oficial, apresentando seus objetivos, metas e ações, conforme orienta Rezende (2012). Porém, o Município trabalha com um grande número de sistemas de

informações operacionalizados pela prefeitura, garantindo diversas informações para a gestão do Município. Essas informações são resultados da utilização de diversos *softwares* que permitem que esses dados sejam concretizados. Dentre eles, podem ser citados os *softwares* de RH, contabilidade e tributação. Esses sistemas permitem a emissão de diversos relatórios que servem de controle e de informações para tomada de decisão dos gestores públicos (TURBAN; RAINER; POTTER, 2005).

Em que pese esses sistemas serem úteis aos gestores públicos, segundo entrevista realizada pessoalmente no dia 2 de agosto de 2016, com a contadora do município, no que diz respeito às informações geradas pelo sistema contábil, o mesmo atende às necessidades de modo geral, mas apresentam algumas falhas quando da geração de alguns demonstrativos. Essas falhas identificadas ocorreram devido à falta de produção de alguns relatórios e em outros, devido à geração de dados incorretos. Dentre eles, foram considerados inadequados todos os exigidos pela LRF, bem como os balanços referentes aos anexos 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Lei 4.320/64, ou seja, o balanço orçamentário, financeiro e patrimonial, bem como as demonstrações das variações patrimoniais, da dívida fundada interna e da dívida flutuante. Também apresentam falhas a geração do fluxo de caixa e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL. Os únicos balanços da Lei nº 4.320/64 que o sistema apresentou corretamente foram até o anexo 11. Os demais são elaborados via *excel*, com fórmulas próprias criadas pela contadora, permitindo assim, a possibilidade de publicação.

Diante desse cenário apresentado, apesar do município estar garantindo informação aos cidadãos, no que diz respeito às informações para os gestores, as mesmas estão prejudicadas. À medida que se identificou que o sistema contábil não está fornecendo relatórios mínimos para atendimento nem aos órgãos fiscalizadores, isso prejudica as tomadas de decisões dos gestores municipais, comprometendo a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos (REZENDE, 2012).

No que se refere ao PTI, constatou-se que o Município de Foz do Iguaçu, igualmente nas investigações realizadas sobre a existência do PEM e do PIM, também não apresentou a realização formal deste plano, conforme propõe Rezende (2012). Conforme informação obtida pelo Setor de Tecnologia da Informação, o município não apresenta um documento contendo a descrição de todos os itens que representa um PTI, tais como *hardwares*, *softwares*, licenças, usuários, senhas e serviços utilizados pela prefeitura. Apenas de maneira informal possui alguns documentos, mas nenhum deles de maneira oficial que se destina a realizar um controle dos seus produtos e serviços, servindo estes de base para tomada de decisão e conseqüentemente melhorias de serviços públicos prestados.

Conclui-se então, que a falta do PTI, a precariedade identificada referente à estrutura física, bem como de capital humano no Setor de Tecnologia da Informação, tem prejudicado a gestão do município de maneira geral. Além dos diversos usuários que prestam serviços ao município, a falta de envio e recebimento de *e-mail* tem prejudicado a fiscalização, a arrecadação municipal e conseqüentemente os serviços prestados aos cidadãos.

Apesar de o Município de Foz do Iguaçu não apresentar de maneira formal o PEM, PIM e o PTI, em relação aos serviços públicos oferecidos, a realização do Projeto de videomonitoramento, a instalação da fibra óptica por meio de contrato firmado junto à Copel, entre outros investimentos e ações realizadas pelo município, permitiu melhorias para a gestão municipal, proporcionando assim, ações que contribuem para a implantação dos projetos da CDE. Além disso, identificou-se a existência de *internet* gratuita aos produtores rurais, fornecido pelo município, que representa uma boa iniciativa em prestar serviços aos cidadãos. Segundo informações coletadas com o Setor de Tecnologia da Informação, o processo de fornecimento de *internet* gratuita está em processo de homologação. Primeiramente deverá ser melhorada a *internet* rural para os pequenos produtores e seqüencialmente será realizada a disponibilização em praças públicas. Porém, para implantação dessas medidas está sendo aguardada adequação ao Marco Civil da *Internet*³.

Conclusão

Para gerir adequadamente e participativamente uma cidade, o orçamento público é peça fundamental e os projetos de cidade digital estratégica podem ajudar substancialmente. Para tanto, um projeto de cidade digital estratégica efetivo requer um orçamento público adequado para sua efetivação. Como conseqüência, tais projetos podem proporcionar o bem estar à população, bem

³ Trata-se de uma lei que regula o uso da internet no Brasil, estabelecendo diretrizes tanto para quem usa a rede quanto para a atuação do Estado. Oficialmente chamado de Lei nº 12.965/14.

como desenvolvimento e a gestão das cidades. Ainda, levando em conta as questões regionais envolvendo indiretamente as cidades vizinhas.

À medida que se integra o PEM entre outros planos, ao PPA, o projeto de cidade digital estratégica pode contribuir para que no orçamento público sejam alocadas as metas que estão estabelecidas nesses diversos planos municipais. E assim, que os gestores públicos executem as ações que foram identificadas como pertinentes e prioritárias ao município.

Nesse sentido, no que se referem aos projetos desenvolvidos pelo Município de Foz do Iguaçu, apesar das análises da pesquisa ter apontado falta de definição e aplicação de estratégias, inviabilizando que o mesmo seja considerado totalmente estratégico, ao mesmo tempo apresentou projetos desenvolvidos que contribuíram parcialmente para esse fim. O projeto de Videomonitoramento e da instalação da fibra óptica, bem como os investimentos em serviços e materiais permanentes de informática, contribuíram no sentido de aprimorarem as informações aos gestores e cidadãos. Bem como, os serviços públicos oferecidos possibilitaram interligar os prédios públicos e ofereceram serviços de governo eletrônico, além de proporcionar maior segurança aos cidadãos.

Apesar disso, o município não apresentou de maneira formal a elaboração do PEM, do PIM e do PTI. Devido a isso, sugere-se que o planejamento das ações municipais seja ampliado, utilizando-se esforços de todos, Governo e sociedade, para lograrem mais êxito nos resultados de suas ações que serão revertidos a sociedade.

No estudo de caso realizado, observa-se a primeira vista, que os projetos da cidade estratégica poderiam apresentar fatores positivos a característica individual do município. Um desses fatores pode ser citado o estímulo as suas atividades turísticas oportunizando novas possibilidades ao município. Por meio dos recursos de tecnologia da informação é possível que o município crie um canal turístico na *internet*, no qual, ao ser implantado, possibilitará atrair novos visitantes, e, desta forma, proporcionar mais empregos, bem como melhorar a arrecadação municipal, que serão ações que poderão apresentar reflexos positivos à sociedade.

Desse modo, a partir dessas análises realizadas, pode-se afirmar que os objetivos definidos para este artigo foram atendidos, pois foi possível identificar se o processo de elaboração do orçamento público está atrelado a outros planos municipais existentes, tais como o PEM, o PIM, o PTI. Além disso, respondeu a questionamentos sobre os valores destinados aos programas que contribuíram para os projetos da CDE e os recursos de TI utilizados pelo município. Por meio de entrevista e documentos foi possível coletar dados a respeito da execução do orçamento público, identificando os valores executados em TI, bem como as ações realizadas pelo município que contribuíram para a implantação dos projetos da CDE.

Além disso, a realização desta pesquisa foi considerada pertinente, pois a mesma ao ser examinada contribui sobre diversos aspectos aos diferentes tipos de usuários. Dentre eles podem ser citados aos gestores públicos e a sociedade. Assim, o estudo agrega informações para propor debates sobre diversos temas entre os indivíduos mencionados.

A contribuição aos gestores públicos ocorre à medida que apresenta uma nova proposta para gestão do município. Utilizando-se das tecnologias da informação e comunicação aliado aos diversos planejamentos municipais, tais como o PEM, o PIM e o PTI poderão contribuir para desenvolver a CDE. Assim, esta terá o objetivo precípua de melhorar os serviços públicos oferecidos, bem como as informações para gestores e cidadãos.

Para a sociedade a contribuição ocorre, pois à medida que o artigo é examinado ele permite identificar a importância de se estabelecer a interação entre Governo e sociedade. O processo de participação dos indivíduos corrobora para a ampliação dos debates das questões governamentais, e assim, as decisões tomadas em conjunto apresentam soluções viáveis que poderão ser revertidas em ações para a própria sociedade.

Devido à impossibilidade de acompanhamento *in loco* de todas as atividades desenvolvidas pelo Município de Foz do Iguaçu por um longo período de tempo, a maioria das informações foram obtidas por meio de entrevista, reduzindo-se assim o aprofundamento do levantamento de informações. Dessa forma, partes dos dados obtidos tratam-se da percepção dos entrevistados sobre a gestão do seu próprio município, influenciando nos resultados da pesquisa.

Agradecimento: CNPq-Bolsa Produtividade em Pesquisa.

Referências

- ABREU, Cilair Rodrigues; CÂMARA, Leonor Moreira. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 73-90, fev. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121776>.
- ANDRADE, Nilton de Aquino *et al.* (org.). **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ANSOFF, Henry I. **The new corporate strategy**. New York: John Wiley & Sons, 1988.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.
- CARNEIRO, Ruy de Jesus Marçal. **Organização da Cidade: planejamento municipal, plano diretor, urbanização**. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado virtual: tecnologia da informação e mudança institucional**. Brasília: ENAP, 2005.
- FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal. **Lei nº 4.313, de 24 de dezembro de 2014**. Estima a receita e fixa a despesa do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=76504>>. Acesso em: 17 jan. 2017
- FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal. **Perfil demográfico e da população Foz do Iguaçu**. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62490>>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- GUERREIRO, Evandro Prestes. **Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede**. São Paulo: Senac, 2006.
- GUERRERO, Omar. Las políticas públicas antes de las ciencias de las políticas. **Gestión y política pública**, v. VI, n. 2, p. 257-282, 1997. Disponível em: <http://omarguerrero.org/_articulos/PPublicasAntesCpoliticas.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- IBGE. **Informação estatística populacional**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=parana|foz-do-iguacu>>. Acesso em: 30 jan. 2016.
- JUND, Sergio. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 11. ed. São Paulo. Atlas, 2010.
- LEVY, Evelyn; DRAGO, Pedro Anibal. **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FUNDAP, 2005.
- MACHADO, Evanio Tavares. **Plano Plurianual no Município de Curitiba como instrumento de gestão e sua articulação com o Plano Plurianual do Estado do Paraná e com o Plano Plurianual Federal**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, 2007.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 39 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PROCOPIUCK, Mario; MACHADO, Evanio Tavares; REZENDE, Denis Alcides; BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. O Plano plurianual municipal no sistema de planejamento e orçamento brasileiro. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 58, n.4, p. 397-415, 2007.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de estratégias e informação municipais para cidade digital**: guia para projetos em prefeituras e organizações públicas. São Paulo: Atlas, 2012.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado**: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RODRIGUES, Adriana Andréa. **Processo decisório no contexto da cidade digital estratégica**: estudo de caso de Curitiba - PR. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, PR, 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

TURBAN, Efrain; RAINER, Kelly Junior; POTTER, Richard E. **Administração de tecnologia da informação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

YIN, Robert K. **Case study research**: design and methods. 5th ed. London: Sage Publications Inc., USA, 2013.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.